

RELATÓRIO N° DE 2017

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 23 de 2017 (Mensagem nº 126 de 2017, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora MARIA EDILEUZA FONTENELE REIS, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

RELATOR: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz da Senhora MARIA EDILEUZA FONTENELE REIS, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

A fim de atender ao preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* da diplomata.

A Senhora MARIA EDILEUZA FONTENELE REIS nasceu em Viçosa/CE, em 1º de maio de 1954, filha de Luiz Pedro Fontenele e Rita Silva Fontenele.



Bacharel em Comunicação Social pela Universidade de Brasília em 1975, iniciou sua carreira diplomática em 1978. Em 1998, finalizou, no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, tese com o seguinte título: “Brasileiros no Japão – o elo humano das relações bilaterais”.

Na carreira diplomática, ocupou várias funções de relevo, tendo sido promovida a Ministra de Primeira Classe em 2006. Foi Chefe substituta da Divisão Especial de Avaliação Política e de Programas Bilaterais (1990-1993), Primeira-Secretária em missão transitória na Embaixada em São Domingos (1993-1994), assessora na Subsecretaria-Geral de Planejamento Diplomático (1994-1995), Cônsul-Geral Adjunta no Consulado-Geral em Tóquio (1996-2001), Cônsul-Geral Adjunta no Consulado-Geral em Roma (2001-2004), Coordenadora-Geral da Coordenação-Geral de Modernização (2004-2006), Diretora do Departamento da Europa (2006-2010), Subsecretaria-Geral da Subsecretaria-Geral Política II (2010-2013), missão transitória na Embaixada em Luanda (2014), Cônsul-Geral em Paris (2014).

Igualmente, importa registrar que a indicada foi condecorada no Brasil, Argentina, França, Dinamarca, Países Baixos, Itália, Santa Sé, e possui publicações sobre o tema da imigração brasileira no Japão.

Além do currículo da diplomata, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a UNESCO, o perfil biográfico da Diretora-Geral, Senhora Irina Bokova, de nacionalidade búlgara, a estrutura da organização internacional, as áreas de atuação, a participação do Brasil na UNESCO, bem como anexos com a evolução de Estados Membros e Associados, cronologia de participação do Brasil junto à organização, atos internacionais pertinentes e bens do Brasil inscritos na Lista do Patrimônio Mundial.

Desses dados, destacamos que o Brasil integra atualmente o Conselho Executivo da UNESCO, com mandato até 2019, e cumpre papel estratégico, tendo sido o sétimo maior contribuinte no orçamento de 2016 e integrante de várias iniciativas. Dentre essas, está a “E-9”, que estabelece cooperação educacional entre os nove países em desenvolvimento mais populosos (Bangladesh, Brasil, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão). Igualmente, cerca de duas dezenas de projetos da Rede de Cátedras – UNESCO foram executados no Brasil.

Neste sentido, considero muito oportuno termos na UNESCO uma embaixadora cuja tese no curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco foi sobre



brasileiros no Japão. Esta preocupação nos indica a possibilidade de seu interesse na educação das crianças-imigrantes do Brasil, filhas de brasileiros no Japão. A partir desta preocupação, considero que a Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis pode ajudar na formulação da possibilidade de atrair a UNESCO para cuidar, junto com a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), da educação das crianças refugiadas no mundo. O ex presidente de Portugal, Jorge Sampaio dirige hoje uma entidade que oferece bolsas de estudos em universidades portuguesas para jovens refugiados. Esta ideia pode ser ampliada com o apoio da UNESCO.

Além disso, Brasil e Estados Unidos promoveram o “Ensinando o Respeito a Todos”, a fim de difundir material didático contra o racismo a ser debatido no sistema escolar.

No tema de recursos hídricos, registre-se que o Brasil, apoiado pela UNESCO, sedia o Centro Internacional de Hidroinformática (CIH) – Itaipu Binacional – em Foz do Iguaçu/PR (em parceria com o Paraguai) e o Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas (Hidroex), na Universidade do Estado de Minas Gerais. Ademais, em fase de avaliação, há o Centro Internacional de Referência de Água e Transdisciplinaridade (CIRAT), em Brasília.

Por fim, e sem esgotar os assuntos associados ao mandato da UNESCO, destaque-se a promoção do diálogo intercultural e da promoção da paz, com iniciativas do porte da Década Internacional para a Aproximação das Culturas (2013-2022), o Prêmio UNESCO-Sharjah para a Cultura Árabe e o Fórum Mundial sobre Diálogo Intercultural.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, entendemos suficientes as considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/17374.76724-06